



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA

CNPJ nº 62.331.228/0001-11

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares, CEP 04538-132 - São Paulo - SP



Conteúdo

Relatório da diretoria	03
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	06
Relatório comitê de auditoria	12
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	18
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	18
3 Consolidação das demonstrações financeiras	18
4 Descrição das principais práticas contábeis	18
5 Segregação entre circulante e não circulante	21
6 Caixa e equivalentes de caixa	21
7 Aplicações interfinanceiras de liquidez	21
8 Títulos e valores mobiliários	22
9 Instrumentos financeiros derivativos	23
10 Operações de crédito e garantias financeiras prestadas	26
11 Carteira de câmbio	27
12 Outros ativos	27
13 Imposto de renda e contribuição social diferidos	28
14 Depósitos de clientes e instituições financeiras	29
15 Obrigações por empréstimos e repasses	29
16 Outros passivos	29
17 Provisões diversas	30
18 Contingências passivas	30
19 Transações com partes relacionadas	31
20 Patrimônio líquido	33
21 Imposto de renda e contribuição social correntes	34
22 Outras informações	34
23 Gerenciamento de riscos	35
Diretoria e Contadora	40



Relatório da Diretoria

Introdução:

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição” ou “Deutsche”) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Comentários da Administração – CEO:

No primeiro semestre de 2022 vivenciamos mercados bastante voláteis, enquanto a inflação e as taxas de juros continuaram em ascensão. A guerra na Europa criou incerteza nos mercados financeiros no momento em que a economia mundial começava a se recuperar da pandemia. Para o Deutsche no Brasil, isso significou uma forte atividade comercial, pois nossos clientes buscam nosso conselho e apoio na gestão de riscos durante crises geopolíticas. Consequentemente, nossos negócios no Brasil tiveram um bom desempenho, em um ambiente de recessão econômica global, evidenciando um forte ambiente de controle. Com os desafios externos ainda predominantes, e o Brasil entrando na fase de eleições presidenciais nos próximos meses, a volatilidade continuará a exigir uma gestão de riscos cuidadosa. Estamos confiantes de que, com base no forte histórico vivenciado no primeiro semestre, estamos no caminho certo para alcançar nossas metas de final de ano.

Destaques do semestre:

• Resultado do semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 57.604 (2021 – R\$ 3.723), equivalente a R\$ 0,05 (2021 – zero) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 4,90% (2021 – 0,47%).

O lucro líquido do semestre foi impactado por um aumento expressivo de aproximadamente 69% no resultado bruto de intermediação financeira decorrente, substancialmente, do aumento do resultado com operações de crédito e títulos e valores mobiliários, parcialmente compensado por um aumento na despesa com operações de captação no mercado.

Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultados acima do esperado para o primeiro semestre de 2022, devido a melhores retornos da carteira de crédito (principalmente em comissões) e ao impacto do aumento da taxa CDI durante o ano em conjunto com um maior nível de depósitos à vista. Já a área de Investment Bank (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelas condições e volatilidade do cenário macroeconômico, apresentando uma performance abaixo do esperado para o primeiro semestre, porém, apesar dos obstáculos, a expectativa é que os resultados advindos de transações estruturadas, de crédito e de câmbio ainda atinjam a meta planejada para o ano de 2022. A injeção de capital no final do ano de 2021 também proporcionou à ambas áreas de negócio uma maior capacidade de oferta de produtos a nossos clientes. A alta da taxa CDI durante o ano também impactou significativamente os ganhos referente aos juros sobre o capital.

• Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido encerrou o primeiro semestre de 2022 em R\$ 2,4 bilhões, mantendo-se constante se comparado com dezembro de 2021 (R\$ 2,3 bilhões).

• Patrimônio de Referência e Índice de Basileia

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,3 bilhões em junho de 2022 (dezembro de 2021 – R\$ 2,2 bilhões). Em 30 de junho de 2022, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e BACEN, foram apurados em 24,03% e 20,15%, respectivamente (dezembro de 2021 – 29,60% e 17,96%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 14,1 bilhões (dezembro de 2021 – R\$ 11,8 bilhões).

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no semestre:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez – Queda no portfólio em aproximadamente R\$ 1,3 bilhões, decorrente da atividade de gerenciamento de caixa (liquidez) do Banco;
- Títulos e valores mobiliários – Queda no portfólio em aproximadamente R\$ 1,1 bilhões originados da carteira disponível para venda.



Ao final do semestre o Banco possuía R\$ 0,6 bilhões em títulos e valores mobiliários na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento;

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 1,1 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações de termo de títulos públicos;
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em junho de 2022 apresentou um aumento de R\$ 3,5 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no exercício:

- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em junho de 2022 apresentou um aumento de R\$ 2,9 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.198/04 (conforme alterada), encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco (“Comitê”), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.

O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 23 de agosto de 2022.

Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a direção executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa>.

Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações. Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.

O Deutsche tem como missão ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Nesse sentido, o Deutsche Bank está comprometido na causa ESG e busca ser reconhecido como líder em questões ambientais e sociais para seus *stakeholders*. Tem como missão estabelecer a integridade ambiental e social, ao mesmo tempo em que promove uma cultura com propósito para seus funcionários. Possui o mandato de aconselhar funções de negócios e infraestrutura em questões de sustentabilidade e fornecer inteligência ESG sob medida para as necessidades de seus clientes.

Em complemento, a Instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável.



O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada. O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como “Global Hausbank”. Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende se tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para uma economia mais sustentável e digitalizada.

Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS). Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa “Home Page” www.db.com/brasil.

Responsabilidade socioambiental:

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.327/14, o Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) instituiu um programa de risco reputacional referido como Global Reputational Risk Guidelines (Diretrizes de Risco Reputacional do Grupo DB), que define os riscos socioambientais como parte integrante dos riscos reputacionais e define medidas a serem seguidas com o objetivo de monitorar e, quando necessário, mitigar estes riscos.

Dessa forma, o Banco reconhece o risco socioambiental como parte integrante do escopo de risco reputacional, devendo ser tratado sob a mesma perspectiva, não obstante ainda à possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais causados direta ou indiretamente pela ausência de atuação proativa do DB Brasil na avaliação dos riscos inerentes às atividades exercidas pelos clientes.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental do Deutsche Bank Brasil pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço:

<https://country.db.com/brazil/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-de-conduta>.

Canal de denúncias:

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas etc.

Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não retaliação em todas as formas.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço:

<https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia>.

Home Page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa “Home Page” www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

A Diretoria

Stephan Wilken – Diretor-Presidente

Betina Machado Ferraz

Eduardo Saito

Elaine Nascimento – Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erro do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de períodos anteriores descrito na referida nota explicativa. Em 29 de março de 2021 e 30 de agosto de 2021 emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras do Banco, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.932.370 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 151.926 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações

ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº13 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados

pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC-SP301194/O-9



Documento:	Relatório do Comitê de Auditoria
Diretor Estatutário Responsável:	RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretoria Estatutária:	BETINA MACHADO FERRAZ JAIME CASTROMIL LASSALA
Data-Base do Relatório:	30 de junho de 2022

Introdução

Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/04 (conforme alterada pela Resolução CMN nº 4.910/21), o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), instituiu o Comitê de Auditoria ("Comitê"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o primeiro semestre de 2022 e realizou a reunião de encerramento no dia 23 de agosto de 2022.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2022. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.



Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2022. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do primeiro semestre de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

JAIME CASTROMIL LASSALA
Diretor

RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretor

BETINA MACHADO FERRAZ
Diretora



Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2022	Dezembro 2021
Ativo			
Disponibilidades	6	190.398	132.288
Instrumentos financeiros		13.180.611	10.995.983
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	1.414.963	2.760.314
Carteira de câmbio	11	5.598.728	2.141.985
Títulos e valores mobiliários	8	2.494.888	3.614.508
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.552.315	398.211
Títulos e créditos a receber	10	1.019.625	1.039.201
Operações de crédito	10	1.100.092	1.041.764
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(134.421)	(125.982)
Ativos fiscais correntes e diferidos		197.545	240.602
Impostos e contribuições a compensar		26.921	37.901
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	170.624	202.701
Outros ativos	12	628.534	561.561
Imobilizado de uso		12.375	12.988
Outras imobilizações de uso		58.920	58.135
Depreciações acumuladas		(46.545)	(45.147)
Total do Ativo		<u>14.075.042</u>	<u>11.817.440</u>

	Nota	Junho 2022	Dezembro 2021
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		11.295.975	8.922.492
Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	2.911.329	3.687.466
Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.790.909	1.942.740
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.558.651	1.138.814
Carteira de câmbio	11	5.035.086	2.153.472
Provisões	17	185.104	197.775
Obrigações fiscais		58.759	36.016
Imposto de renda e contribuição social – Corrente		31.950	28.975
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	19.887	-
Outras obrigações fiscais		6.922	7.041
Outros passivos	16	185.080	372.611
Patrimônio líquido		2.350.124	2.288.546
Capital social	20(a)	1.644.551	1.644.551
Reservas de lucros	20(b)	658.615	655.735
Outros resultados abrangentes	20(c)	(7.766)	(11.740)
Lucros acumulados		54.724	-
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>14.075.042</u>	<u>11.817.440</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de resultado em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2022	Junho 2021
Receitas de intermediação financeira		354.403	208.760
Operações de crédito		76.930	30.677
Aplicações interfinanceiras de liquidez		36.105	21.435
Títulos e valores mobiliários		93.491	13.422
Aplicações em moedas estrangeiras		2.826	1.214
Instrumentos financeiros derivativos	9(f)	145.051	142.012
Despesas de intermediação financeira		(188.682)	(110.453)
Operações de captação no mercado		(126.786)	(35.997)
Operações de empréstimos e repasses		(8.704)	(8.578)
Resultado de operações de câmbio	22(i)	(46.787)	(67.889)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(6.405)	2.011
Resultado bruto de intermediação financeira		165.721	98.307
Outras receitas/(despesas) operacionais		(27.499)	(75.220)
Receitas de prestação de serviços	22(b)	53.271	49.651
Benefícios a empregados	22(c)	(69.091)	(87.191)
Outras despesas administrativas	22(e)	(56.636)	(55.674)
Despesas tributárias	22(f)	(17.778)	(10.166)
Provisões/reversões de provisões para contingências		17.127	36
Outras receitas operacionais	22(g)	59.645	36.293
Outras despesas operacionais	22(h)	(14.037)	(8.169)
Resultado operacional		138.222	23.087
Resultado não operacional		44	(4)
Resultado antes dos tributos e participações		138.266	23.083
Imposto de renda e contribuição social		(80.662)	(19.360)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	21	(31.950)	(7)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	21	(48.712)	(19.353)
Lucro líquido do semestre		57.604	3.723
Quantidade de ações	20(a)	1.119.390.296	801.494.530
Lucro por ação básico – R\$	20(e)	0,05	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Junho 2022	Junho 2021
Lucro líquido do semestre	57.604	3.723
Outros resultados abrangentes	3.974	(4.431)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado		
T.V.M. disponíveis para venda – Líquido do efeito tributário	3.974	(4.431)
Resultado abrangente do semestre	61.578	(708)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2022 e 2021

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020						
(Reapresentado)	2	996.551	576.660	(12.782)	-	1.560.429
Ajustes de avaliação patrimonial						
Títulos disponíveis para venda		-	-	(4.431)	-	(4.431)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	3.723	3.723
Destinação do lucro líquido						
Outras reservas		-	3.723	-	(3.723)	-
Saldos em 30 de junho de 2021						
(Reapresentado)	2	996.551	580.383	(17.213)	-	1.559.721
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
		1.644.551	655.735	(11.740)	-	2.288.546
Ajustes de avaliação patrimonial						
Títulos disponíveis para venda		-	-	3.974	-	3.974
Lucro líquido do semestre		-	-	-	57.604	57.604
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal		-	2.880	-	(2.880)	-
Saldo em 30 de junho de 2022						
		1.644.551	658.615	(7.766)	54.724	2.350.124



Demonstrações dos fluxos de caixa em junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2022	Junho 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre.....		167.845	181.081
Lucro líquido do semestre.....		57.604	3.723
Ajustes ao lucro líquido.....			
		110.241	177.358
Despesas de depreciação e amortização.....	22(e)	1.820	1.812
Provisão para passivos contingentes.....		(17.127)	(36)
Despesas com atualização monetária de processos judiciais.....	22(h)	1.434	1.025
Receitas com atualização depósitos judiciais.....	22(g)	(8.833)	(1.958)
Receitas com atualização taxa Selic - tributos.....	22(g)	(562)	(133)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa..		133.838	111.006
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio - Ativo.....		(79.542)	(16.282)
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Passivo.....		8.995	8.578
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		15.101	56.004
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10(a)	6.405	(2.011)
Impostos diferidos.....		48.712	19.353
Varição de ativos e passivos.....		(182.741)	(1.709.435)
Redução/(aumento) em instrumentos financeiros.....		40.223	(2.198.917)
Redução/(aumento) em ativos e obrigações fiscais correntes.....		52.051	(3.864)
Aumento em ativos fiscais diferidos.....		(16.636)	(3.625)
Aumento em outros ativos.....		(58.141)	(94.972)
(Redução)/aumento em outros passivos.....		(187.529)	592.525
(Redução)/aumento em provisões.....		5.057	5.522
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(17.766)	(6.104)
Caixa (utilizado)/gerado nas atividades operacionais.....		(14.896)	(1.528.354)
Atividades de investimento.....			
Baixas em imobilizado de uso.....		(1.207)	(347)
Caixa utilizado nas atividades de investimento.....		(1.207)	(347)
Atividades de financiamento.....			
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses.....		(166.933)	(782.120)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de financiamento.....		(166.933)	(782.120)
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa.....		(183.036)	(2.310.821)
Desmonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa.....			
Início do período.....	6	1.650.272	4.120.595
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa....		(133.838)	(111.006)
Fim do período.....	6	1.333.398	1.698.768
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa.....		(183.036)	(2.310.821)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações de caixa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução do BACEN nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com a do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Ademais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os saldos das Reservas de lucros em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados devido à correção no montante de R\$ (30.443) do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de períodos anteriores. Após a realização de análises da metodologia de cálculo e conciliação das bases de cálculo do ativo e passivo fiscais diferidos (estoque) *versus* o saldo das diferenças de curva de contratos Futuros, conforme informações disponibilizadas pela B3, o Banco procedeu ao ajuste do saldo do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 23 de agosto de 2022.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior - Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a repatriação dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. A expectativa dos assessores jurídicos externos é que o Banco Central do Uruguai deverá concluir o processo de encerramento até o final de 2022.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Principais práticas contábeis:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação e CPC 46 - Mensuração do valor Justo.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16- Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.

Resolução nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisões para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

• Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:

- i) **Títulos para negociação:** são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- ii) **Títulos disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (*"accrual"*) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- iii) **Títulos mantidos até o vencimento:** são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*"hedge"*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como *"hedge"* de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *"hedge"* de acordo com sua natureza:

- i) **"Hedge" de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- ii) **"Hedge" de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *"hedge"* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *"hedge"* é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

No semestre e exercício findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve *"hedge accounting"*.

• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação *pro rata* dia é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais *pro rata* dia.



• Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

- i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
- ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

No semestre e exercício findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos em moedas estrangeiras

Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados *pro rata* dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

i. Redução ao valor recuperável de ativos – "Impairment"

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – "impairment".

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment". Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.



5. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Junho 2022	Circulante	Não circulante	Dezembro 2021	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	190.398	190.398	-	132.288	132.288	-
Instrumentos financeiros	13.180.611	9.960.827	3.219.784	10.995.983	9.753.818	1.242.165
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	1.414.963	1.414.963	-	2.760.314	2.760.314	-
Carteira de câmbio.....	5.598.728	4.153.611	1.445.117	2.141.985	1.714.127	427.858
Títulos e valores mobiliários.....	2.494.888	1.637.015	857.873	3.614.508	3.291.117	323.391
Instrumentos financeiros derivativos.....	1.552.315	971.820	580.495	398.211	140.650	257.561
Títulos e créditos a receber.....	1.019.625	998.057	21.568	1.039.201	1.016.322	22.879
Operações de crédito.....	1.100.092	785.361	314.731	1.041.764	831.288	210.476
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(134.421)	(123.586)	(10.835)	(125.982)	(123.193)	(2.789)
Ativos fiscais correntes e diferidos	197.545	26.921	170.624	240.602	37.901	202.701
Impostos e contribuições a compensar.....	26.921	26.921	-	37.901	37.901	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido.....	170.624	-	170.624	202.701	-	202.701
Outros ativos	628.534	198.952	429.582	561.561	40.280	521.281
Imobilizado de uso	12.375	-	12.375	12.988	-	12.988
Outras imobilizações de uso.....	58.920	-	58.920	58.135	-	58.135
Depreciações acumuladas.....	(46.545)	-	(46.545)	(45.147)	-	(45.147)
Total do ativo	14.075.042	10.253.512	3.821.530	11.817.440	9.841.094	1.976.346

	Junho 2022	Circulante	Não circulante	Dezembro 2021	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	11.295.975	8.518.656	2.777.319	8.922.492	7.456.459	1.466.033
Depósitos de clientes e instituições financeiras ..	2.911.329	2.525.525	385.804	3.687.466	3.372.709	314.757
Obrigações por empréstimos e repasses.....	1.790.909	1.608.777	182.132	1.942.740	1.942.740	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	1.558.651	836.340	722.311	1.138.814	425.408	713.406
Carteira de câmbio.....	5.035.086	3.548.014	1.487.072	2.153.472	1.715.602	437.870
Provisões	185.104	13.857	171.247	197.775	11.235	186.540
Obrigações fiscais	58.759	38.872	19.887	36.016	36.016	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente.....	31.950	31.950	-	28.975	28.975	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido.....	19.887	-	19.887	-	-	-
Outras obrigações fiscais.....	6.922	6.922	-	7.041	7.041	-
Outros passivos	185.080	173.724	11.356	372.611	290.863	81.748
Patrimônio líquido	2.350.124	-	-	2.288.546	-	-
Capital Social.....	1.644.551	-	-	1.644.551	-	-
Reservas de lucros.....	658.615	-	-	655.735	-	-
Outros resultados abrangentes.....	(7.766)	-	-	(11.740)	-	-
Lucros acumulados.....	54.724	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	14.075.042	8.745.109	2.979.809	11.817.440	7.794.573	1.734.321

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios.....	37.431	26.222
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (a).....	152.967	106.066
Aplicações em operações compromissadas (b) (nota 7).....	1.143.000	1.517.984
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.333.398	1.650.272

(a) Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 146.464 refere-se a transações com partes relacionadas (dezembro 2021 – R\$ 104.476) (nota 19 (a)).

(b) Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	-	799.989
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B).....	-	699.995
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	1.143.000	18.000
Subtotal – Operações compromissadas	1.143.000	1.517.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	13.073	321.611
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 19 (a)).....	258.890	920.719
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	271.963	1.242.330
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.414.963	2.760.314



b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Junho 2022			
	Custo atualizado	Valor contábil por faixa de vencimento		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	1.143.000	1.143.000	-	1.143.000
Subtotal	1.143.000	1.143.000	-	1.143.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros.....	13.073	5.448	7.625	13.073
Moedas estrangeiras.....	258.890	258.890	-	258.890
Subtotal	271.963	264.338	7.625	271.963
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.414.963	1.407.338	7.625	1.414.963

	Dezembro 2021			
	Custo atualizado	Valor contábil por faixa de vencimento		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	799.989	799.989	-	799.989
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).....	699.995	699.995	-	699.995
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	18.000	18.000	-	18.000
Subtotal	1.517.984	1.517.984	-	1.517.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros.....	321.611	284.584	37.027	321.611
Moedas estrangeiras.....	920.719	920.719	-	920.719
Subtotal	1.242.330	1.205.303	37.027	1.242.330
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.760.314	2.723.287	37.027	2.760.314

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiados na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Custo atualizado	Valor contábil	Custo atualizado	Valor contábil
Títulos para negociação	1.455.638	1.443.530	1.901.972	1.882.597
Carteira própria	648.331	643.445	461.201	459.739
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	484.542	482.722	236.176	235.713
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).....	12.340	12.207	27.565	27.094
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F).....	151.449	148.516	197.460	196.932
Vinculados à prestação de garantias	807.307	800.085	1.440.771	1.422.858
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	529.996	526.512	1.129.546	1.110.468
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F).....	277.311	273.573	311.225	312.390
Títulos disponíveis para venda	439.754	432.321	1.540.928	1.526.270
Carteira própria	120.528	119.860	298.193	296.642
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	-	-	246.808	245.482
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	-	-	51.385	51.160
Debêntures (i).....	120.528	119.860	-	-
Vinculados à prestação de garantias	319.226	312.461	1.242.735	1.229.628
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	283.049	276.284	551.861	541.623
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	-	-	654.235	651.366
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (“FILCB”).....	36.177	36.177	36.639	36.639
Títulos mantidos até o vencimento	619.037	619.037	205.641	205.641
Carteira própria	619.037	619.037	205.641	205.641
Debêntures (i).....	619.037	619.037	205.641	205.641
Total	2.514.429	2.494.888	3.648.541	3.614.508

(i) As debêntures estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso as debentures mantidas até o vencimento fossem avaliadas a valor de mercado apresentariam, em 30 de junho de 2022, um ajuste positivo de R\$ 58.059 (dezembro 2021 – R\$ 9.598). Em 30 de junho de 2022, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da operação foi de R\$ 9.713 (dezembro 2021 – R\$ 2.057) (nota 10 (d)).



b. Composição por prazo de vencimento

Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Junho 2022					Valor contábil
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos para negociação (ii)	1.455.638	330.171	590.763	335.842	186.754	1.443.530
Letras do Tesouro Nacional.....	1.014.538	318.082	379.554	303.983	7.615	1.009.234
Notas do Tesouro Nacional – Série B.....	12.340	12.089	-	118	-	12.207
Notas do Tesouro Nacional – Série F.....	428.760	-	211.209	31.741	179.139	422.089
Títulos disponíveis para venda	439.754	-	193.485	82.799	156.037	432.321
Letras do Tesouro Nacional.....	283.049	-	193.485	82.799	-	276.284
FILCB.....	36.177	-	-	-	36.177	36.177
Debêntures.....	120.528	-	-	-	119.860	119.860
Títulos mantidos até o vencimento	619.037	-	-	-	619.037	619.037
Debêntures.....	619.037	-	-	-	619.037	619.037
Total	2.514.429	330.171	784.248	418.641	961.828	2.494.888

	Dezembro 2021					Valor contábil
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos para negociação (ii)	1.901.972	69.729	640.377	602.564	569.927	1.882.597
Letras do Tesouro Nacional.....	1.365.722	69.729	628.777	580.370	67.305	1.346.181
Notas do Tesouro Nacional – Série B.....	27.565	-	11.600	114	15.380	27.094
Notas do Tesouro Nacional – Série F.....	508.685	-	-	22.080	487.242	509.322
Títulos disponíveis para venda	1.540.928	902.455	506.065	81.111	36.639	1.526.270
Letras do Tesouro Nacional.....	798.669	199.929	506.065	81.111	-	787.105
Letras Financeiras do Tesouro.....	705.620	702.526	-	-	-	702.526
FILCB.....	36.639	-	-	-	36.639	36.639
Títulos mantidos até o vencimento	205.641	-	-	205.641	-	205.641
Debêntures.....	205.641	-	-	205.641	-	205.641
Total	3.648.541	972.184	1.146.442	889.316	606.566	3.614.508

(ii) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

a. Composição por indexador:

			Junho 2022	Dezembro 2021
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Valor de referência
Operações de swap	485.757	(601.210)	13.775.336	12.971.148
CDI x USD.....	172.094	-	789.337	789.337
CDI x Libor.....	24.076	-	223.805	336.611
Pré x EUR.....	50.950	(16.698)	813.667	20.826
USD x Pré.....	14.066	(25.480)	1.420.493	3.520.856
USD x Libor.....	-	(170.590)	3.627.325	7.254.650
CDI x Pré.....	808	-	70.000	49.234
Libor x EUR.....	-	(68)	64.672	-
Libor x USD.....	170.898	-	3.627.325	-
Libor x CDI.....	-	(20.926)	168.305	-
Pré x CDI.....	-	(16.853)	571.451	-
Pré x USD.....	52.865	(350.595)	2.398.956	-
EUR x Pré.....	-	-	-	303.951
USD x CDI.....	-	-	-	695.683
NDF de moeda	280.222	(172.813)	9.543.625	5.898.664
Posição comprada.....	108.961	(26.332)	3.743.640	1.215.456
Posição vendida.....	171.261	(146.481)	5.799.985	4.683.208



			Junho 2022	Dezembro 2021
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Valor de referência
NDF de commodities	70.250	(68.719)	380.282	380.282
Posição comprada	70.250	-	190.419	190.419
Posição vendida	-	(68.719)	189.863	189.863
Opções de moeda	825	(825)	100.000	100.000
Compra de opção de compra	286	-	25.000	25.000
Venda de opção de compra	-	(286)	25.000	25.000
Compra de opção de venda	539	-	25.000	25.000
Venda de opção de venda	-	(539)	25.000	25.000
Opções de commodities	227.993	(227.993)	877.320	538.550
Compra de opção de compra	189.909	-	240.300	141.225
Venda de opção de compra	-	(189.909)	240.300	141.225
Compra de opção de venda	38.084	-	198.360	128.050
Venda de opção de venda	-	(38.084)	198.360	128.050
Futuros (1)	46.342	(19.777)	17.393.149	18.007.660
Posição comprada	46.342	-	8.210.837	8.573.339
Dólar (US\$)	10.036	-	2.489.243	541.799
Cupom cambial – DDI	30.650	-	4.675.687	8.031.540
DI de 1 dia	510	-	231.398	-
WDO	5.146	-	814.509	-
Posição vendida	-	(19.777)	9.182.312	9.434.321
Dólar (US\$)	-	(3.427)	563.085	251.123
Cupom cambial – DDI	-	(7.362)	1.732.232	15.021
DI de 1 dia	-	(8.543)	6.697.338	9.168.177
WDO	-	(445)	189.657	-
Termo de título público	487.268	(487.091)	487.065	6.750
Compra a termo de títulos públicos	301.302	(301.099)	301.099	1.932
Venda a termo de títulos públicos	185.966	(185.992)	185.966	4.818
Total	1.598.657	(1.578.428)	42.556.777	37.903.054

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros ativos - Negociação e intermediação de valores" (nota 12 (c)) e "Outros passivos - Negociação e intermediação de valores" (nota 16 (a)), respectivamente.

b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Junho 2022				
	Instituições financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de swap	2.505.987	4.934.971	6.334.378	-	13.775.336
NDF de moeda	-	9.479.008	64.617	-	9.543.625
NDF de commodities	-	190.419	189.863	-	380.282
Opções	-	488.660	488.660	-	977.320
Operações com futuros	-	-	-	17.393.149	17.393.149
Termo de título público	487.065	-	-	-	487.065
Total	2.993.052	15.093.058	7.077.518	17.393.149	42.556.777

	Dezembro 2021				
	Instituições financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de swap	2.712.779	4.075.878	6.182.491	-	12.971.148
NDF de moeda	-	5.874.572	24.092	-	5.898.664
NDF de commodities	-	190.419	189.863	-	380.282
Opções	-	319.275	319.275	-	638.550
Operações com futuros	-	-	-	18.007.660	18.007.660
Termo de título público	-	-	6.750	-	6.750
Total	2.712.779	10.460.144	6.722.471	18.007.660	37.903.054

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Junho 2022		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap	-	13.775.336	13.775.336
NDF de moeda	-	9.543.625	9.543.625
NDF de commodities	-	380.282	380.282
Opções	-	977.320	977.320
Operações com futuros	17.393.149	-	17.393.149
Termo de título público	-	487.065	487.065
Total	17.393.149	25.163.628	42.556.777

	Dezembro 2021		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap	-	12.971.148	12.971.148
NDF de moeda	-	5.898.664	5.898.664
NDF de commodities	-	380.282	380.282
Opções	-	638.550	638.550
Operações com futuros	18.007.660	-	18.007.660
Termo de título público	-	6.750	6.750
Total	18.007.660	19.895.394	37.903.054



d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Junho 2022				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativo					
Swaps.....	19.023	26.628	23.325	416.781	485.757
NDF de moeda e <i>commodities</i>	127.302	140.274	82.896	-	350.472
Opções.....	62.351	108.974	57.493	-	228.818
Termo de título.....	487.268	-	-	-	487.268
Total	695.944	275.876	163.714	416.781	1.552.315
Passivo					
Swaps.....	-	-	(375.359)	(225.851)	(601.210)
NDF de moeda e <i>commodities</i>	(80.663)	(97.261)	(61.111)	(2.497)	(241.532)
Opções.....	(62.351)	(108.974)	(57.493)	-	(228.818)
Termo de título.....	(487.091)	-	-	-	(487.091)
Total	(630.105)	(206.235)	(493.963)	(228.348)	(1.558.651)

	Dezembro 2021				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativo					
Swaps.....	-	-	353	135.822	136.175
NDF de moeda e <i>commodities</i>	53.216	47.233	31.114	-	131.563
Opções.....	254	33.201	90.272	-	123.727
Termo de título.....	6.746	-	-	-	6.746
Total	60.216	80.434	121.739	135.822	398.211
Passivo					
Swaps.....	(282.012)	(5.078)	(425.149)	(172.576)	(884.815)
NDF de moeda e <i>commodities</i>	(52.280)	(45.865)	(25.182)	(227)	(123.554)
Opções.....	(254)	(33.201)	(90.272)	-	(123.727)
Termo de título.....	(6.718)	-	-	-	(6.718)
Total	(341.264)	(84.144)	(540.603)	(172.803)	(1.138.814)

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de *swap*, termo de moeda e *commodities*, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo				
Operações de <i>swap</i>	351.374	134.383	485.757	136.175
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	448.065	(97.593)	350.472	131.563
Opções.....	166.066	62.752	228.818	123.727
Termo de título.....	487.065	203	487.268	6.746
Total	1.452.570	99.745	1.552.315	398.211
Passivo				
Operações de <i>swap</i>	(469.029)	(132.181)	(601.210)	(884.815)
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	(343.402)	101.870	(241.532)	(123.554)
Opções.....	(174.652)	(54.166)	(228.818)	(123.727)
Termo de título.....	(487.065)	(26)	(487.091)	(6.718)
Total	(1.474.148)	(84.503)	(1.558.651)	(1.138.814)

f. Resultado com derivativos:

	Junho 2022	Junho 2021
Operações de <i>swap</i>	443.185	210.323
NDF de moeda e <i>commodities</i>	555.243	210.001
Futuros.....	(853.698)	(278.312)
Opções.....	321	-
Total	145.051	142.012



10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Operações de crédito		
Empréstimos.....	881.929	859.223
Títulos descontados	177.939	132.736
Financiamentos à importação e exportação.....	40.224	49.805
Subtotal	1.100.092	1.041.764
Outros créditos		
Compra de recebíveis	1.019.625	1.039.201
Créditos por avais e fianças honrados.....	121.731	121.731
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 11).....	686.792	28.780
Rendas a receber de ACC (nota 11)	4.130	468
Subtotal	1.832.278	1.190.180
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	2.932.370	2.231.944
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(134.421)	(125.982)
Provisão para garantias prestadas (nota 17)	(17.505)	(19.540)
Total	(151.926)	(145.522)

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzam significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Saldo inicial	(145.522)	(133.416)
Constituição no semestre/exercício	(11.034)	(153.309)
Reversões no semestre/exercício	4.630	141.203
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas.....	(151.926)	(145.522)

a.1 Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo, bem como baixas para prejuízo. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não houve renegociação de crédito.

b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
CCB	-	-	-	-	-	-	-	104.185	104.185
Capital de giro	-	60.280	19.387	11.008	8.355	18.875	189.055	138.126	445.086
Financiamento a imp./exp. (1)	-	19.617	-	2.079	-	12.142	6.386	-	40.224
Conta garantida	-	1.019	-	-	46.581	238.065	46.993	-	332.658
Outros créditos e emp.	121.731	589	435	13	224	128	2.741	-	125.861
Recebíveis/títulos de crédito a receber (2)	1.058	446.461	233.078	163.775	139.457	7.747	6.481	21.568	1.019.625
ACC/ACE (3)	-	116.853	90.303	8.567	71.129	40.592	359.348	-	686.792
Títulos descontados	-	8.512	8.288	14.757	7.380	17.386	49.196	72.420	177.939
Total junho 2022	122.789	653.331	351.491	200.199	273.126	334.935	660.200	336.299	2.932.370
Total dezembro 2021	123.137	420.858	444.988	430.557	136.984	252.715	189.350	233.355	2.231.944

(1) Em 30 de junho de 2022, financiamento à importação e exportação corresponde a repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R\$ 36.642 (dezembro 2021 – R\$ 24.973) e às operações comprar no montante de R\$ 3.582 (dezembro 2021 – R\$ 24.832).

(2) Em 30 de junho de 2022, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 505.811 (dezembro 2021 – R\$ 471.005) e às operações de "Supplier finance" no montante de R\$ 513.814 (dezembro 2021 – R\$ 568.196).

(3) Em 30 de junho de 2022, rendas com ACC/ACE correspondem a R\$ 4.130 (dezembro 2021 – R\$ 468).

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financ. imp./exp.	Conta garantida	Outros créditos e emp.	Recebíveis/ Tit. cré. a receber	ACC/ ACE	Títulos descontados	CCB	Junho 2022	Dezembro 2021
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	-	376	-	-	-	376	269
Comércio	-	14.255	30.378	-	127.586	-	-	-	172.219	222.497
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	476.493	5.541	-	-	482.034	550.658
Máquinas e equipamentos	168.080	15.330	57.959	378	199.714	41.376	-	104.185	587.022	377.121
Outros.....	68.142	-	179.062	122.814	38.153	285.570	-	-	693.741	472.959
Químico e petroquímico	118.102	-	8.113	-	110.706	-	-	-	236.921	257.961
Eletroeletrônicos.....	282	10.639	57.146	-	1.448	-	177.939	-	247.454	217.926
Automotivo.....	74.420	-	-	2.652	62.736	349.721	-	-	489.529	115.940
Construção e imobiliário.....	16.060	-	-	17	-	4.584	-	-	20.661	15.930
Transportes	-	-	-	-	2.413	-	-	-	2.413	683
Total	445.086	40.224	332.658	125.861	1.019.625	686.792	177.939	104.185	2.932.370	2.231.944



d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco					Junho	Dezembro
	AA	A	B	H	2022	2021
Vencidos	1.058	-	-	121.731	122.789	123.137
A vencer até 30 dias	642.571	2.446	8.315	-	653.332	420.858
De 31 a 60 dias	347.422	970	3.098	-	351.490	444.988
De 61 a 90 dias	197.978	959	1.262	-	200.199	430.557
De 91 a 120 dias	268.023	5.102	-	-	273.125	136.984
De 121 a 180 dias	178.674	1.782	154.478	-	334.934	252.715
De 181 a 360 dias	644.021	7.083	9.098	-	660.202	189.350
Acima de 361 dias	215.939	16.175	104.185	-	336.299	233.355
Total	2.495.686	34.517	280.436	121.731	2.932.370	2.231.944
Nível mínimo de provisionamento	-	0,5%	1,0%	100,0%	-	-
Total da provisão	-	173	2.804	121.731	124.708	123.925

Em 30 de junho de 2022, o total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde a R\$ 134.421 (dezembro 2021 – R\$ 125.982). A diferença para o montante de R\$ 124.708 (dezembro 2021 – R\$ 123.925) demonstrado no quadro acima corresponde à provisão constituída sobre debêntures classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e avaliadas pelo respectivo valor justo estimado ou custo amortizado (nota 8 (a)). Em 30 de junho de 2022, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações era de R\$ 9.713 (dezembro 2021 – R\$ 2.057).

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco					Junho	Dezembro
	AA	A	B	H	2022	2021
Financiamento à imp./exp.	29.552	-	10.672	-	40.224	49.805
ACC/ACE	684.084	-	2.708	-	686.792	28.780
Conta garantida	184.891	6.138	141.629	-	332.658	435.147
Capital de giro	432.236	-	12.850	-	445.086	370.837
Recebíveis	982.857	28.379	8.389	-	1.019.625	1.039.201
Títulos descontados	177.939	-	-	-	177.939	132.736
Outros empréstimos	4.127	-	3	121.731	125.861	122.199
CCB	-	-	104.185	-	104.185	53.239
Total	2.495.686	34.517	280.436	121.731	2.932.370	2.231.944

f. Concentração das operações de crédito

	Junho 2022	% Carteira	Dezembro 2021	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	1.923.866	65,61	1.324.549	59,35
50 seguintes maiores emitentes/clientes	988.610	33,71	899.954	40,32
100 seguintes maiores emitentes/clientes	19.894	0,68	7.441	0,33
Total	2.932.370	100,00	2.231.944	100,00

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Obrigações por compra de câmbio	-	(3.098.831)	-	(1.098.170)
Câmbio comprado a liquidar	3.020.579	-	1.097.107	-
Direitos sobre venda de câmbio	2.575.697	-	1.044.410	-
Câmbio vendido a liquidar	-	(2.623.047)	-	(1.084.082)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 10)	4.130	-	468	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(1.678)	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 10)	-	686.792	-	28.780
Total	5.598.728	(5.035.086)	2.141.985	(2.153.472)

12. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Devedores por depósitos em garantia (a)	277.554	269.864
Créditos por avais e fianças honrados	121.731	121.731
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (b)	113.828	102.459
Negociação e intermediação de valores (c)	73.128	35.569
Rendas e receber	20.551	12.678
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	19.553	17.666
Despesas antecipadas	1.354	788
Pagamentos a ressarcir	668	639
Outros investimentos	142	142
Relações interfinanceiras	25	25
Total	628.534	561.561



(a) Devedores por depósitos em garantia

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Depósitos previdenciários	184.118	179.055
Demandas COFINS.....	39.453	37.834
Demandas ISS	18.685	18.159
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	4.417	4.887
Outras demandas tributárias	30.881	29.929
Total	277.554	269.864

(b) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior

Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 19 (a)).

(c) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, R\$ 46.563 (dezembro 2021 – R\$ 35.569) referem-se a devedores – conta liquidações pendentes e R\$ 26.565 (dezembro 2021 – zero) referem-se a operações com ativos financeiros e mercadorias e liquidar.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	Junho 2022			Dezembro 2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário						
Diferenças temporárias (a)	54.584	43.668	98.252	62.404	49.923	112.327
Prejuízo fiscal/base negativa (b)	32.942	39.430	72.372	43.159	47.215	90.374
Obrigação fiscal diferida						
Diferenças temporárias (c)	(8.839)	(11.048)	(19.887)	-	-	-
Total	78.687	72.050	150.737	105.563	97.138	202.701

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2021	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Junho 2022
Imposto de renda.....	62.404	33.595	(41.415)	54.584
Contribuição social	49.923	26.876	(33.131)	43.668
Total	112.327	60.471	(74.546)	98.252

Crédito tributário constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes), benefícios pós-emprego, remuneração variável diferida e marcação a mercado de instrumentos financeiros.

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em junho de 2022 totalizou R\$ 98.252 (dezembro 2021 – R\$ 112.327).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2022 – 60,99%; 2023 – 15,42%; 2024 – 4,87%; 2025 – 4,86%; 2026 – 2,03%; e 2031 – 11,83%.

(b) Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	Dezembro 2021	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Junho 2022
Imposto de renda.....	43.159	8.676	(18.893)	32.942
Contribuição social	47.215	6.941	(14.726)	39.430
Total	90.374	15.617	(33.619)	72.372

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em junho de 2022 totalizou R\$ 72.372 (dezembro 2021 – R\$ 90.374).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 3 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (percentual sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2022 – 29,53%; 2023 – 43,37% e 2024 – 27,10%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 139.279 (dezembro 2021 - R\$ 166.563).

(c) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2021	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Junho 2022
Imposto de renda.....	-	(8.839)	-	(8.839)
Contribuição social	-	(11.048)	-	(11.048)
Total	-	(19.887)	-	(19.887)

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de marcação a mercado de instrumentos financeiros.



(d) Efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2022 e 2021, o efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes decorrente dos registros de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo fiscal	Outras diferenças temporárias	Efeito líquido
	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)
Imposto de renda.....	(10.217)	(16.658)	(26.875)
Contribuição social.....	(7.785)	(17.304)	(25.089)
Efeito em 2022(*).....	(18.002)	(33.962)	(51.964)
Efeito em 2021.....	8.560	(24.289)	(15.729)

(*) A diferença entre o efeito no resultado líquido em 2022 e 2021 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R\$ (3.252) (junho 2021 – R\$ 3.625).

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Depósitos a prazo (a).....	2.177.440	3.077.780
Depósitos à vista (b).....	551.061	609.686
Depósitos interfinanceiros (c).....	182.828	-
Total	2.911.329	3.687.466

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 105% (dezembro 2021 – entre 70% e 106%). Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 408.562 (dezembro 2021 – R\$ 380.807) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	691.486	601.971
3 a 12 meses.....	1.137.384	2.161.052
1 a 3 anos.....	348.547	314.757
Acima de 3 anos.....	23	-
Total	2.177.440	3.077.780

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R\$ 2.581 (dezembro 2021 – R\$ 8.611) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2022, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100%, no total de R\$ 182.828 (dezembro 2021 – zero). Desse total, R\$ 145.594 possuem data de vencimento de até 3 meses e R\$ 37.234 de 1 a 3 anos.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Junho 2022	Dezembro 2021
Obrigações por tomadas de linha (a).....	914.780	1.911.155
Financiamentos à exportação (b).....	876.129	31.585
Total (nota 19 (a))	1.790.909	1.942.740

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 3,69% ao ano e vencimento em março de 2028.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 3,01% ao ano e vencimentos até abril de 2023.

16. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Negociação e intermediação de valores (a).....	46.563	213.047
Relações interdependências.....	36.047	58.972
Diversos (b).....	102.470	100.592
Total	185.080	372.611

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, negociação e intermediação de valores refere-se a credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 46.563 (dezembro 2021 – R\$ 35.569). Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, ainda, a caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 177.478.

(b) Diversos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, diversos referem-se a:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior.....	46.089	35.176
Despesas de pessoal.....	33.276	49.067
IOF a recolher.....	1.328	2.913
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros.....	1.215	1.787
Outras despesas administrativas.....	981	754
Credores diversos – País.....	19.581	10.895
Total	102.470	100.592



17. PROVISÕES DIVERSAS

	Junho 2022	Dezembro 2021
Provisão sobre garantias prestadas (a) (nota 10).....	17.505	19.540
Riscos fiscais e administrativos (nota 18).....	93.708	112.175
Passivo atuarial (nota 22 (d)).....	65.897	60.840
Passivo contingente (nota 18).....	7.994	5.220
Total	185.104	197.775

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 30 de junho de 2022 a exposição total referente às garantias financeiras prestadas monta R\$ 2.607.976 (dezembro 2021 – R\$ 2.762.545).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de *rating* de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada (“*Expected Loss - EL*”), o qual diferencia a probabilidade de inadimplemento (“*Probability of Default - PD*”) de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplemento venha a ocorrer. Para cada tomador (“*persona jurídica*, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico”), será atribuída uma PD de contraparte (“*Counterparty Probability of Default - CPD*”). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entrem em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito).....	2.607.976	17.505	2.762.545	19.540

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de riscos são demonstrados a seguir:

Nível de risco	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA.....	2.309.059	-	2.323.517	-
A.....	65.696	328	192.637	963
B.....	36.069	361	36.069	361
C.....	185.913	5.577	198.048	5.942
H.....	11.239	11.239	12.274	12.274
Total	2.607.976	17.505	2.762.545	19.540

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2021	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito/pagamento	Atualização monetária	Junho 2022
Fiscais						
IR/CS (a)	7.548	-	-	-	112	7.660
INSS (b)	104.200	-	(19.276)	-	894	85.818
Total fiscais	111.748	-	(19.276)	-	1.006	93.478
Trabalhistas	5.220	3.354	(997)	-	417	7.994
Administrativo (c)	427	-	-	(208)	11	230
Total provisões	117.395	3.354	(20.273)	(208)	1.434	101.702

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 5.067 (dezembro 2021 – R\$ 4.955), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Foi constituída em setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2022) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 85.818 (dezembro 2021 – R\$ 104.200), representando uma reversão do valor de provisão decorrente da revisão legal e reconhecimento dentro do processo da redução da multa aplicável à dívida discutida neste caso, que passou de 80% para 20%. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 143.266, tendo em vista que o depósito correspondia ao valor da provisão.

(c) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 230 (dezembro 2021 – R\$ 427).

Contingências classificadas com risco de perda possível

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento predeterminados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.696 (dezembro 2021 – R\$13.454). Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 17.538 (dezembro 2021 – R\$ 17.055) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 161 (dezembro 2021 – R\$156). (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.749 (dezembro 2021 – R\$5.597), (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita a esta tributação,



R\$ 17.472 (dezembro 2021 – R\$17.083). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta Instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 19.727 (dezembro 2021 – R\$18.951), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados. A causa de R\$ 15.078 aguarda julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Já a causa de R\$ 18.167 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta Instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 19.726 (dezembro 2021 – R\$18.883), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 20.154, referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 1.557. O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 37.822.

Em fevereiro de 2012 foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A Impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). O valor da causa atualizado é de R\$ 6.479 (dezembro 2020 – R\$ 6.381).

Em março de 2019 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração para cobrança de valores de contribuições previdenciárias supostamente devidos pelo Banco em relação a verbas pagas a título de auxílio alimentação e refeição no período de março de 2014 a dezembro de 2015. O Banco apresentou impugnação em abril de 2019 no respectivo processo administrativo. O valor da causa atualizado é de R\$ 4.930 (dezembro 2021 – R\$ 4.754).

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 29.471.

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis contra o Banco e classificados com probabilidade de perda “possível” possuem valores agregados de R\$ 1.175 e R\$ 92.516, respectivamente.

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.520 (dezembro 2021 – R\$ 6.419). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.626 (dezembro 2021 – R\$ 4.465) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$ 1.230 que atualizado é de R\$ 1.323 (dezembro 2021 – R\$ 1.323).

Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 6.228 (dezembro 2021 – R\$ 6.207). Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 9.337 (dezembro 2021 – R\$ 9.071).

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços- ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com art. 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 11.721 (dezembro 2021 – R\$ 11.498).

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Junho/2022		Dezembro/21 / Junho/21	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (nota 6) (i)	146.464	-	104.476	-
DB AG (Frankfurt).....	31.851	-	39.084	-
DB AG (Tokyo).....	1.516	-	7.511	-
DB AG (New York)	93.085	-	56.510	-
DB AG (London)	19.984	-	1.329	-
DB AG (Hong Kong).....	28	-	42	-
Aplicações em ME (nota 7) (i)	258.890	98	920.719	-
Deutsche Bank AG London	121.815	98	35.436	-
DB AG (Frankfurt).....	137.075	-	75.823	-
DB AG (New York).....	-	-	809.460	-



	Junho/2022		Dezembro/21 / Junho/21	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Serviços prestados para empresas no exterior (i) (ii)	114.074	27.906	102.732	31.317
DB AG (Cayman Isl.)	49.722	10.487	42.789	8.488
DB AG Domestic Bank	1.625	727	1.301	2.282
DB AG Hong Kong Br	1.365	322	1.187	876
DB AG (New York)	18.328	2.746	18.110	2.387
DB AG (London)	32.207	10.582	28.116	15.058
DB Trust Co Americas	10.220	2.421	10.904	97
DIM Americas Inc	-	-	-	18
DeAM Investment GmbH	-	-	-	31
Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	-	-	-	6
DeAM (Japan) Limited	-	-	-	3
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	149	-	172	180
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	9	-	10	10
DWS Investm. AU Ltd	-	-	-	-
DWS Group Sv. UK Ltd	-	-	-	-
DWS Internat. GmbH	-	-	-	6
DB AG Amsterdam Br	8	11	-	-
DB Jacksonville	-	-	41	1.726
DB AG Portugal	184	190	-	-
Deutsche Bank Società per Azioni	22	22	-	-
DB AG Paris Branch	150	106	-	37
DB AG Brussels Br	-	-	-	4
Deutsche Bank (Suisse) SA	-	-	-	1
DB AG Singapore Br	-	292	-	-
DB AG Mumbai Branch	85	-	102	107
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (i)	(157.035)	(115.524)	(41.530)	(67.836)
DB AG (London)	-	-	-	(67.836)
DB AG (Frankfurt)	(157.035)	(115.524)	(41.530)	-
Depósito a prazo (nota 14 (a)) (i)	(408.562)	(2.718)	(380.807)	(48)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(133.681)	-	(62.662)	(48)
DB III Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior	(274.881)	(2.718)	(318.145)	-
Depósito à vista (nota 14 (b)) (i)	(2.581)	-	(8.611)	-
Dt. Bank Secur. Inc	(41)	-	(3.241)	-
DB AG (London)	(2.489)	-	(5.319)	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	(51)	-	(51)	-
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 15) (i)	(1.790.909)	(5.120)	(1.942.740)	(7.071)
DB AG (Frankfurt)	(16.829)	7	(19.265)	-
DB AG (New York)	(1.774.080)	(5.127)	(1.923.475)	(7.071)
Despesas a pagar para empresas no exterior (i) (ii)	(46.335)	(21.070)	(35.449)	(21.362)
DB AG (Frankfurt)	(7.985)	(3.059)	(5.846)	(3.157)
DB AD (London)	(5.694)	(3.631)	(5.447)	(4.573)
DB Jacksonville	(18.782)	(10.502)	(9.248)	(7.236)
DB AG Hong Kong Br	(202)	(85)	(111)	-
DB AG New York	(5.309)	(502)	(5.871)	(3.840)
DB Trust Company Americas NY	(3.088)	(1.682)	(3.439)	(191)
DB AG Singapore Br	(4.016)	(706)	(4.183)	(984)
OOO "Deutsche Bank"	(7)	-	(8)	(7)
DB Service Centre Limited	(34)	(6)	(33)	(12)
Deutsche Bank (Suisse) SA	(31)	(14)	(19)	(11)
DB AG Milan	-	-	-	(115)
Deutsche Bank Società per Azioni	(139)	-	(160)	(168)
DB AG Amsterdam Br	(879)	(4)	(1.016)	(1.051)
DB Re S.A.	(7)	(7)	-	-
DB AG Paris Branch	(18)	(4)	(17)	-
DB AG Brussels Br	(15)	(8)	(7)	(7)
Deutsche Group Services Pty Limited	(58)	(19)	(44)	-
Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	-	-	-	(6)
Deutsche Asset Management (UK) Limited	-	-	-	(3)
DB AG Cayman Isld Br	-	(769)	-	-
DKS (Manila)	(3)	(33)	-	-
DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	(33)	(3)	-	-
Deutsche Securities Inc	(35)	(33)	-	-
Deutsche Investments Australia Limited	-	-	-	(1)
DB AG Mumbai Branch	-	(3)	-	-

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.



b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Remuneração fixa	5.922	5.265
Remuneração variável (curto prazo)	860	1.199
Encargos trabalhistas	2.424	2.278

b.4 Benefícios de longo prazo:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Remuneração variável (longo prazo)	1.380	2.687
Encargos trabalhistas	493	959

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado divide-se em 1.119.390.296 (dezembro 2021 – 801.494.530) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 22 de dezembro de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi definido o aumento de capital social do Banco que passou de R\$ 996.551 para R\$ 1.644.551, o que equivale a um aumento de capital em R\$ 648.000, por meio de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 2.038. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 30 de dezembro de 2021.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 30 de junho de 2022, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 658.615 (dezembro 2021 – R\$ 655.735), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 103.235 (dezembro 2021 – R\$ 100.355) e "Reserva para expansão" no montante de R\$ 555.380 (dezembro 2021 – R\$ 555.380).

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (4.088) (dezembro 2021 – R\$ (8.062)), bem como do ajuste atuarial sobre benefícios pós emprego no montante de R\$ (3.678) (dezembro de 2021 – R\$ (3.678)).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente, salvo se a Assembleia Geral estabelecer por unanimidade um dividendo menor ou a retenção do lucro total.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 50.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 7.500.

e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Risco operacional	53.630	45.672
Risco de crédito	574.488	464.682
Risco de moeda/cambial	47.752	1.348
Risco de juros	89.175	161.666
Risco de <i>commodities</i>	-	-
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	<u>765.045</u>	<u>673.368</u>
Patrimônio referência	2.297.640	1.479.229
Margem para limite Basileia	1.532.595	805.861
Percentual de utilização	<u>33,30%</u>	<u>45,52%</u>
Índice Basileia	<u>24,03%</u>	<u>17,57%</u>
RBAN	<u>37.400</u>	<u>33.758</u>
Razão de alavancagem *	<u>20,15%</u>	<u>12,18%</u>

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de janeiro/2020.



21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Junho 2022	Junho 2021	Junho 2022	Junho 2021
Resultado antes dos tributos e participações.....	138.266	23.083	138.266	23.083
Efeitos marcação a mercado.....	(27.646)	(48.987)	(27.646)	(48.987)
Adições (exclusões) permanentes líquidas.....	3.405	10.163	3.405	4.892
Adições (exclusões) temporárias líquidas.....	(11.208)	(940)	(14.249)	(940)
Base de cálculo.....	102.817	(16.681)	99.776	(21.952)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa.....	(30.845)	(7)	(29.934)	-
Base de cálculo após compensações.....	71.972	(16.688)	69.842	(21.952)
Impostos correntes.....	(17.981)	(1)	(13.969)	(6)
Impostos diferidos.....	(27.278)	(11.337)	(21.434)	(8.016)
Imposto de renda e Contribuição social no período.....	(45.259)	(11.338)	(35.403)	(8.022)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2022 e 2021, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	Junho 2022	Junho 2021
Serviços prestados às partes relacionadas.....	28.348	30.736
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme.....	12.552	2.633
Rendas de garantias prestadas.....	6.983	9.641
Serviços de custódia.....	4.774	5.539
Outras.....	614	1.102
Total.....	53.271	49.651

c. Benefícios a empregados

Em 30 de junho de 2022 e 2021, benefícios a empregados referem-se a:

	Junho 2022	Junho 2021
Proventos.....	41.603	58.711
Encargos.....	17.976	19.239
Benefícios e treinamentos.....	9.512	9.241
Total.....	69.091	87.191

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 54.510 (dezembro 2021 – R\$ 50.556).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há provisão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. No semestre findo em 30 de junho de 2022 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 11.387 (dezembro 2021 – R\$ 10.284).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R\$ 147.

e. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2022 e 2021, outras despesas administrativas referem-se a:

	Junho 2022	Junho 2021
Serviços de empresas no exterior (a).....	(14.079)	(16.353)
Serviços técnicos especializados.....	(11.133)	(7.928)
Processamento de dados.....	(6.176)	(5.303)
Serviços do sistema financeiro.....	(5.585)	(6.775)
Comunicação.....	(3.501)	(3.986)
Manutenção e conservação de bens.....	(3.232)	(3.345)
Aluguéis.....	(3.154)	(2.676)
Serviços de terceiros.....	(3.118)	(4.102)
Depreciação e amortização.....	(1.820)	(1.812)
Seguros.....	(759)	(993)
Viagens.....	(272)	(18)
Publicidade e propaganda.....	(139)	(190)
Outras.....	(3.668)	(2.193)
Total.....	(56.636)	(55.674)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.



f. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2022 e 2021, despesas tributárias referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
PIS/COFINS	(13.012)	(6.430)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	(3.200)	(1.942)
Outros (IOF, IPTU e outros).....	(1.566)	(1.794)
Total	<u>(17.778)</u>	<u>(10.166)</u>

g. Outras receitas operacionais

Em 30 de junho de 2022 e 2021, outras receitas operacionais referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Renda de recebíveis.....	47.035	21.018
Atualização de depósitos judiciais.....	8.833	1.958
Reversões de provisão sobre remuneração.....	2.940	12.987
Atualização taxa Selic - tributos	562	133
Outras.....	275	197
Total	<u>59.645</u>	<u>36.293</u>

h. Outras despesas operacionais

Em 30 de junho de 2022 e 2021, outras despesas operacionais referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Variação cambial sobre valores a receber	(6.386)	(1.247)
Serviços prestados por empresas no exterior (a).....	(5.181)	(4.891)
Variação monetária sobre processos judiciais	(1.434)	(1.025)
Outras.....	(1.036)	(1.006)
Total	<u>(14.037)</u>	<u>(8.169)</u>

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

i. Resultado de operações de câmbio:

Em 30 de junho de 2022 e 2021, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Receitas (despesas) com variação cambial.....	(52.047)	(73.545)
Receitas com exportação, importação e financeiro.....	5.693	6.078
Outras.....	(433)	(422)
Total	<u>(46.787)</u>	<u>(67.889)</u>

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução nº 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Ativo – Exposição.....	1.786.591	1.055.393
Passivo – Garantidor.....	(1.074.120)	(453.648)
Resultado líquido	<u>712.471</u>	<u>601.745</u>

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No primeiro semestre de 2022 e 2021 o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Responsabilidade Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.



Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores notacionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MRM.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e Bancária (Banking Book). A carteira Bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual. Para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações prefixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR (*Stressed Value at Risk* ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa prefixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o *time decay* (decaência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia *maturity ladder* (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA_JUR 2 e 3 da carteira de negociação;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

Date	Total VaR*
30-Jun-21	2.042.296
30-Dez-21	1.630.055
30-Jun-22	4.258.787

*em milhares de reais

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contêm um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.



O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo o mesmo desempenhar outras funções no Banco, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por *rating*, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisão

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de *rating*, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: Global Credit Analytics Function).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro *rating* reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de *rating* corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos *ratings* internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de *ratings* do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, *hedge* simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;



- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

As menores alterações de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – Board of Directors – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

e. Responsabilidade Socioambiental

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas no Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB) e em aderência à Resolução nº 4.327/14 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil estabeleceu diretrizes e padrões locais para a identificação, avaliação, gerenciamento e mitigação dos riscos reputacionais que surjam como consequência da possível materialização de riscos socioambientais como resultado das atividades comerciais exercidas pelo DB Brasil.



DIRETORIA

Stephan Wilken
Diretor Presidente

Betina Machado Ferraz

Eduardo Saito

Elaine Nascimento
Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento
CRC 1SP 201003/O-6

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda
CRC 1SP 282682/O-6